



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



DESINFODEMIA

Decifrar a desinformação sobre a **COVID-19**

Resumo de políticas 1

Autoras: Julie Posetti e Kalina Bontcheva

O acesso a informações confiáveis e precisas é fundamental em todos os momentos, mas durante uma crise como a atual pandemia da COVID-19, esse acesso pode ser uma questão de vida ou morte.

1. Introdução

"Também é nossa inimiga a crescente onda de informações incorretas", disse o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, durante a crise. A Organização Mundial da Saúde (OMS) descreveu a desinformação que circula em meio à pandemia da COVID-19 como uma "[infodemia massiva](#)" – um dos principais fatores de propagação da própria pandemia.

“

Se a informação fortalece, então, a desinformação enfraquece.”

Este resumo de políticas – [o primeiro de dois volumes](#) – emprega o termo *desinformação* para se referir, de forma ampla, a conteúdos que são falsos e têm impactos potencialmente negativos. Esses impactos podem ter consequências fatais durante uma pandemia.

A intenção do agente que produz ou compartilha o conteúdo impreciso pode diferenciar [desinformação de informação incorreta](#). A produção de conteúdos que prometem tratamentos falsos com o objetivo de obter lucro privado é um exemplo de *desinformação*. Porém, pode ser descrita como *informação incorreta* quando se acredita que seja uma informação verdadeira, e a compartilha inocentemente com a intenção de ajudar.

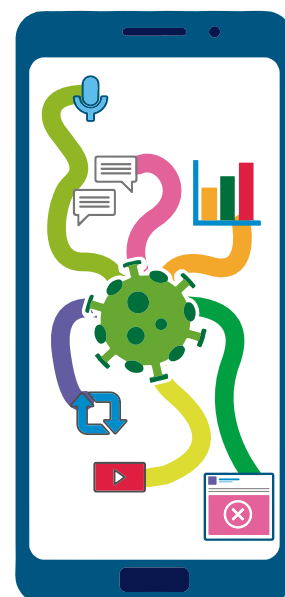
No caso da COVID-19, as respostas podem variar de acordo com as diversas motivações daqueles que são cúmplices da desinformação e da informação incorreta. Por exemplo, a educação é uma solução parcial para a desinformação, enquanto que impedir que se ganhe dinheiro com fraudes é outra forma de reduzir o fornecimento de desinformação. Contudo, o impacto do conteúdo falso, independentemente das intenções, é potencialmente o mesmo. Em ambos os casos, as pessoas encontram-se subjugadas por serem desinformadas de forma ativa, resultando, assim, em impactos extremamente graves.

É este o enfoque nos efeitos destrutivos da informação fabricada e enganosa, mais que a motivação para sua criação e disseminação, que explica o uso amplo do termo *desinformação* neste resumo de políticas, bem como no [resumo complementar](#).

A desinformação existe desde [bem antes](#) da COVID-19. Inverdades destinadas a minar a validade da ciência, por exemplo, vêm desde o [ressurgimento do "movimento terraplanista"](#) e se estendem até aqueles que contestam o consenso sobre a mudança climática, geralmente com vistas ao ganho político ou econômico. As inverdades que atualmente contaminam a informação sobre a saúde pública baseiam-se nas mesmas ferramentas de disseminação tradicionalmente usadas para divulgar a desinformação. A novidade está nos temas e seus impactos muito diretos.

A nova desinformação sobre a COVID-19 cria confusão referente à ciência médica, com impacto imediato em todas as pessoas do planeta e em sociedades inteiras. Ela é mais tóxica e mais letal que a desinformação sobre outros assuntos. É por isso que este resumo de políticas criou o termo **desinfodemia**.

Ao utilizar este contexto, o resumo de políticas ajuda a analisar esta nova ameaça e os diversos tipos de respostas que estão sendo desenvolvidos internacionalmente. Para tanto, ele desvenda **nove temas essenciais** e **quatro formatos principais** da desinformação sobre a COVID-19, e apresenta uma tipologia que agrupa a gama de respostas ao problema em dez subcategorias. Essa análise recorre à pesquisa que está sendo realizada pela Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável UNESCO-UIT, que será publicada em breve ainda em 2020 e que trata de uma gama mais ampla de temas, tipos e respostas à desinformação.



Por que o acesso à informação de qualidade é importante

Para entender a *desinfodemia*, considera-se o seu oposto – a informação como a base para o conhecimento. É o acesso à informação, não à desinformação, que torna o direito à liberdade de expressão relevante e útil às sociedades. Informações comprováveis, confiáveis, como as que são produzidas pela ciência e pelo jornalismo profissional, são essenciais na construção do que a UNESCO descreve como “sociedades do conhecimento”. A *desinfodemia* se opõe a isso.

Atualmente, a internet é o principal mecanismo de distribuição tanto da desinformação quanto da informação. Ela sustenta a função da transmissão no fluxo de mensagens, por meio da qual a produção da desinformação, assim como da informação confiável, se conecta por meio da recepção desse conteúdo e da forte interação com ele.

As instituições que possibilitam essa transmissão (empresas de internet e os meios de comunicação, por exemplo) não são simples operadoras nem plataformas, mas possuem seus próprios interesses específicos em controlar e moldar o fluxo de conteúdo. Seu papel na transmissão vai cada vez mais além da recepção/consumo de conteúdo em um primeiro ciclo de comunicação, e em vez disso, provoca uma espiral progressiva de elaboração e reprodução de mensagens que é difícil de controlar.

Nesse contexto, observam-se dois aspectos do acesso à internet por banda larga: o positivo e o negativo.

+ A conectividade digital de alta velocidade é uma tábua de salvação que nos ajuda a enfrentar a pandemia da COVID-19, pois:

- permite que muitas pessoas aprendam, trabalhem e mantenham seus laços sociais, permanecendo em suas casas em tempos de isolamento;
- transmite informações sobre saúde pública diretamente do governo para os cidadãos,
- permite um jornalismo legítimo sobre a COVID-19 para alcançar grandes públicos,
- em tempo real, conecta entre si os especialistas médicos (e os intermediários, como os jornalistas).

- Ao mesmo tempo, a conectividade em massa traz consigo os perigos de conteúdos falsos e incorretos serem produzidos e compartilhados de forma viral:

- Cada vez mais, as consequências da *desinfodemia* têm sido fatais. Muitos cidadãos estão sendo enganados, o que os torna incapazes de entender e implementar medidas preventivas com base científica. Pessoas estão morrendo por complacência, ou por recorrer a "[remédios falsos](#)".
- A desinformação *online* sobre a COVID-19 é instrumentalizada com fins políticos, racistas, xenofóbicos, sexistas ou outros, e pode [incentivar a polarização e alimentar o ódio](#) – em um momento em que a unidade mundial é mais necessária do que nunca.
- Jornalistas e profissionais da saúde que denunciam a desinformação tornam-se alvos de [ataques movidos por mais desinformação](#).
- Algumas respostas à *desinfodemia* prejudicam as vantagens do uso da internet para exercer a legítima liberdade de expressão – direito que é um dos antídotos mais eficazes contra os conteúdos falsos.

Contexto de direitos humanos

Toda pessoa tem o direito de buscar, receber e divulgar informações. A UNESCO e seus parceiros trabalham para proteger e fortalecer esse direito ao:

- contrapor-se à contaminação da desinformação;
- apoiar o jornalismo independente e de qualidade;
- empoderar a cidadania global com alfabetização midiática e informacional; e
- ajudar os Estados-membros a cumprir as normas internacionais de liberdade de expressão.

Todas essas quatro linhas de ação são imprescindíveis para se exercer o direito à saúde, que é um dos direitos econômicos, sociais e culturais reconhecidos pela comunidade internacional. Elas são todas essenciais para que a humanidade alcance a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 16.10 sobre o "acesso público à informação e às liberdades fundamentais". Essa meta do ODS 16 ajuda a fortalecer outros ODS, especialmente a ODS 3, que trata de "boa saúde e bem-estar" que é tão importante nesses tempos de crise sanitária.

Ao publicar este resumo de políticas, a UNESCO pretende #CompartilharConhecimento que pode ajudar as pessoas a:

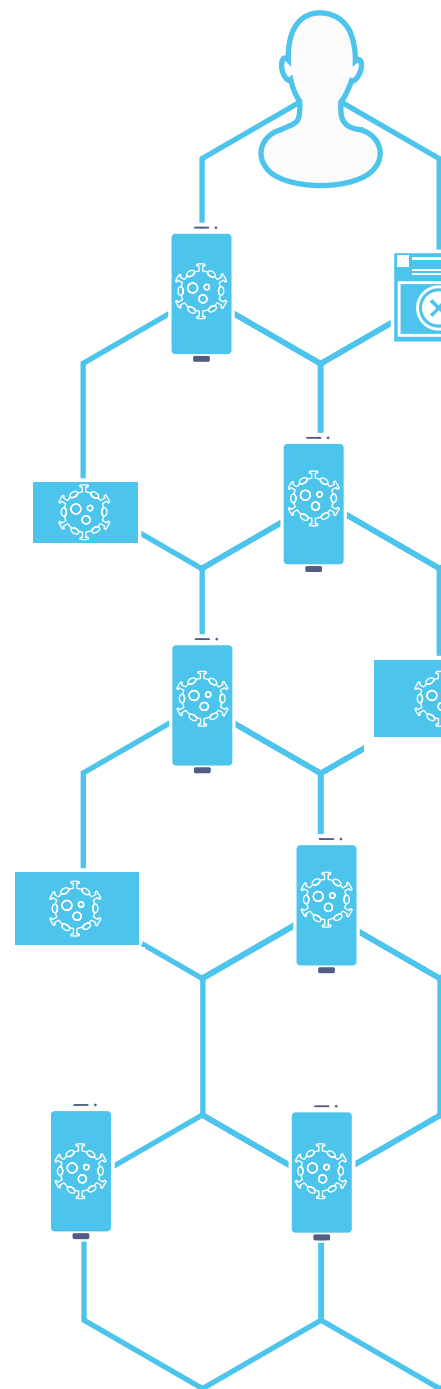
- entender o contexto mundial da desinformação sobre a crise da COVID-19, e
- ter ideia dos tipos de respostas que estão sendo lançadas e a forma como estão sendo implementadas.

Para levar essas ideias adiante, avaliando os desafios e as oportunidades envolvidas nas respostas à *desinfodemia*, a UNESCO também publicou um resumo complementar a este resumo de políticas.



DESINFODEMIA:

Dissecar as respostas à desinformação sobre a COVID-19



2. O porquê, o qual e o como da *desinfodemia* da COVID-19

A desinformação sobre a COVID-19 [já é prolífica](#), ameaçando não apenas os indivíduos, mas também as sociedades como um todo. Isso leva os cidadãos a se exporem ao perigo quando ignoram o aconselhamento científico; amplia a falta de confiança nos políticos e nos governos; e desvia os esforços dos jornalistas que trabalham de maneira reativa para refutar as inverdades, em vez de realizar reportagens proativamente com novas informações. Isso deixa todos na defensiva.

As motivações para a desinformação são diversas. Estas podem ser para ganhar dinheiro, obter vantagem política, minar a confiança, transferir a culpa, polarizar as pessoas e prejudicar as respostas à pandemia. Por outro lado, alguns fatores determinantes podem ser a ignorância, os egos individuais ou uma intenção equivocada de ajudar.

A desinformação decorrente pode ser compartilhada por indivíduos, grupos organizados, alguns meios de comunicação e canais oficiais – de maneira premeditada ou não.

Muitas vezes, a *desinfodemia* oculta as inverdades em meio a informações verdadeiras, e se disfarça em vários formatos conhecidos. Ela recorre a métodos conhecidos – que vão desde *memes* enganosos e fontes falsas, até fazer com que pessoas cliquem em *links* ligados a atividades criminosas de *phishing*. O resultado é que a desinformação sobre a COVID-19 afeta todos os conteúdos de maneira geral, incluindo aqueles sobre: a origem, a propagação e a incidência da doença; seus sintomas e tratamentos; e as respostas dos governos e outros atores.

Quatro formatos principais da *desinfodemia*

Ao contaminar o entendimento público dos diversos aspectos da pandemia e de seus efeitos, a desinformação sobre a COVID-19 se utiliza de uma ampla gama de formatos. Muitos foram aperfeiçoados no contexto de [campanhas antivacinação](#) e [desinformação política](#). Frequentemente, eles "contrabandeiam" as inverdades na consciência das pessoas, concentrando-se em suas crenças em vez da razão, e em seus sentimentos em vez da dedução. Eles baseiam-se em preconceitos, polarização e identidades políticas, assim como na credulidade, no cinismo e na busca individual por um sentido simplificado em face a tantas complexidades e mudanças. A contaminação espalha-se em forma de textos, imagens, vídeos e áudios. Os principais formatos da desinformação são os seguintes:



1. Construções de narrativas e memes emotivos

[Falsas alegações com narrativas textuais](#), que misturam uma linguagem muito emocional com mentiras e/ou informações incompletas e opiniões pessoais, misturados a elementos de verdade. Esses formatos são particularmente difíceis de se descobrir em [aplicativos de mensagens fechadas](#).



2. Sites e identidades oficiais fabricados

Estes incluem fontes falsas, bases de dados contaminados, [falsos sites governamentais ou corporativos](#), assim como páginas da internet que publicam informações aparentemente plausíveis no gênero de reportagens sobre, por ex., [casos falsos de COVID-19](#).



3. Imagens e vídeos fraudulentos, alterados, fabricados ou descontextualizados

[Estes são usados para criar confusão e desconfiança generalizada](#) e/ou evocar emoções fortes por meio de *memes* ou histórias falsas que viralizam.



4. Infiltração da desinformação e campanhas orquestradas

Estes visam a [semear a discórdia](#) em comunidades online; promover o nacionalismo e projetos geopolíticos; coleta ilícita de dados pessoais de saúde e *phishing*; ou ganho monetário [por meio de spam](#) e propagandas de [curas falsas](#). Esses formatos também podem incluir ampliação artificial (impulsionamento) e antagonismo por meio de robôs (*bots* e *trolls*), como parte das campanhas organizadas de desinformação.

Nove temas essenciais da *desinfodemia*

Esta pesquisa identificou **nove temas essenciais** presentes em conteúdos associados à *desinfodemia*. Muitas vezes, esses temas se caracterizam pelo racismo e pela xenofobia.



1. Origens e propagação do coronavírus/da doença COVID-19

Os cientistas identificaram, pela primeira vez, os casos do novo coronavírus (o vírus que causa a doença COVID-19) relacionado a um mercado de animais na cidade chinesa de Wuhan; contudo, há muitas teorias da conspiração que atribuem culpa a outros atores e causas. Estes vão desde [culpar a rede 5G](#) até [fabricantes de armas químicas](#). Usar um rótulo como “vírus chinês”, em vez de uma terminologia neutra, é um exemplo de desinformação injustificável e transforma um local em um adjetivo, ecoando historicamente pandemias anteriores que atribuem um [significado tendencioso a um substantivo](#).



5. Ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento

Este tema inclui [o perigo da desinformação sobre imunidade, prevenção, tratamentos e curas](#). Por exemplo, uma miríade de *memes* virais defende que tomar ou gargarejar com urina de vaca, água quente ou água salgada podem impedir a infecção de atingir os pulmões. [Isso não é verdade](#).



6. Impactos na sociedade e no meio ambiente

Este tema na *desinfodemia* varia de compras induzidas pelo pânico nos consumidores e [informações falsas sobre lockdowns](#), até o suposto reaparecimento de golfinhos nos [canais de Venezuela](#).



2. Estatísticas falsas e equivocadas

Frequentemente, são vinculadas a [informes de incidência da doença](#) e a taxas de mortalidade.



3. Impactos econômicos

Este tema inclui a disseminação de informações falsas sobre os impactos econômicos e sanitários da pandemia, sugestões de que o isolamento social não se justifica economicamente, e mesmo alegações de que a COVID-19 está criando muitos empregos.



7. Politização

Informações sólidas e estruturadas positivamente com apenas um ponto de vista são apresentadas em um esforço de negar a importância dos fatos que são inconvenientes para determinados atores que estão no poder. Outros tipos de desinformação destinados a enganar para obter vantagens políticas incluem: igualar a COVID-19 à gripe; fazer alegações infundadas sobre a provável duração da pandemia; e afirmações sobre a (in)disponibilidade de testes e equipamentos médicos.



4. Desacreditar jornalistas e veículos de notícias fidedignos

Geralmente, este tema é associado à desinformação política, como atacar determinados veículos de comunicação com acusações infundadas de que os próprios veículos estão lucrando com a desinformação. Esse comportamento inclui calúnias contra jornalistas feitas publicamente, bem como insultos em campanhas de desinformação menos visíveis para enfraquecer a confiança em notícias comprovadas produzidas no interesse público. Os ataques a jornalistas em tempos de COVID-19 têm sido [associados a repressões](#) pela cobertura crítica de políticos e Estados.



8. Conteúdo impulsionado para ganho financeiro fraudulento

Inclui fraudes [destinadas ao roubo de dados particulares das pessoas](#).



9. Desinformação cujo foco são as celebridades

Este tema inclui notícias falsas sobre [atores e atrizes supostamente diagnosticados](#) com COVID-19.

3. Revelar as respostas à desinformação sobre a COVID-19

As respostas à desinformação identificadas neste resumo de políticas são categorizadas de acordo com seus objetivos, e não em termos dos atores que as realizam (por exemplo, empresas de mídia *online*, governos, mídia de notícias, ONGs). Alguns atores estão envolvidos em várias dessas respostas.

Com base em uma pesquisa realizada pelas autoras do próximo relatório da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável UNESCO-UIT,

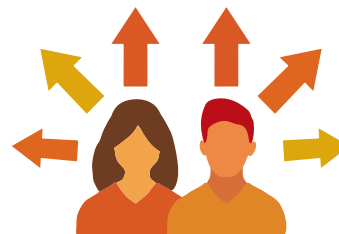
foi desenvolvida uma tipologia hierárquica de respostas à desinformação. No resumo complementar ([disponível aqui](#)) , cada categoria de resposta é avaliada em termos gerais sobre seus pontos fortes e fracos, inclusive em relação ao direito fundamental à liberdade de expressão.

No total, **dez tipos de respostas** são identificadas e agrupadas em **quatro categorias abrangentes**, conforme a seguir:



3.1 Identificação da desinformação

- a. Respostas de monitoramento e verificação de fatos
- b. Respostas investigativas



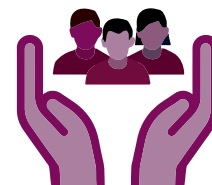
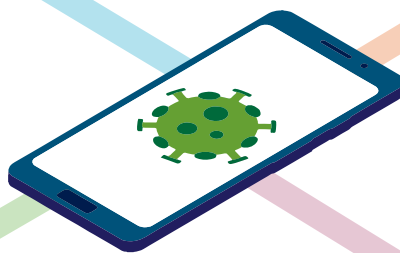
3.2 Produtores e distribuidores

- a. Respostas legislativas, pré-legislativas e políticas
- b. Campanhas nacionais e internacionais contra a desinformação



3.3 Produção e distribuição

- a. Respostas curatoriais
- b. Respostas técnicas e algorítmicas
- c. Respostas econômicas



3.4 Apoio aos públicos-alvo da desinformação

- a. Respostas éticas e normativas
- b. Respostas educacionais
- c. Esforços de empoderamento e credibilidade



3.1 Respostas com foco na identificação da desinformação sobre a COVID-19

As respostas de identificação apontam quais conteúdos constituem desinformação sobre a COVID-19. Isso requer monitoramento e análise de canais de informação (por exemplo, redes sociais, aplicativos de mensagens, meios de comunicação, sites etc.). Algumas das respostas nesta categoria envolvem a verificação de fatos, que é normalmente seguida de desmistificação. Isso significa descobrir imagens falsas ou descontextualizadas, ou alegações falsas e, logo depois, provar que elas estão erradas e revelar a falsidade ao público. Um outro tipo de resposta nesta categoria é a apuração de campanhas clandestinas e coordenadas de desinformação.

3.1.a. Respostas de monitoramento e verificação de fatos

As respostas de monitoramento e verificação de fatos tendem a ser realizadas por organizações independentes de verificação de fatos, organizações da mídia de notícias, plataformas, acadêmicos e organizações da sociedade civil (OSCs), bem como parcerias entre esses atores. Tais respostas têm mobilizado um esforço de larga escala que coordena organizações de verificação de fatos em mais de 70 países da International Fact Checking Network (IFCN), da Organização Mundial da Saúde (OMS), de plataformas de redes sociais, ONGs, governos e a mídia de notícias. Além disso, [WhatsApp](#), [Facebook](#), [Google](#) e [Twitter](#) recentemente comprometeram-se em fazer doações a empresas

verificadoras de fatos e organizações jornalísticas para ajudar nas denúncias de desinformação.

O monitoramento das redes sociais e a verificação de fatos são ferramentas essenciais para mensurar e entender a *desinfodemia*, pois revelam os tópicos de desinformação viral, em constante mudança. Por exemplo, entre janeiro e março de 2020, mais de [1,5 mil informações falsas online relacionadas à COVID-19](#) foram verificadas e desmistificadas por uma iniciativa da rede IFCN, que atualmente abrange mais de 70 países.

Se, por um lado, fazem algum uso de ferramentas de *software* e automação, as respostas de verificação de fatos ainda dependem muito de julgamentos humanos de profissionais altamente qualificados, funcionários de organizações independentes ou da mídia. Isso geralmente minimiza o risco de distorção e [violação do direito à liberdade de expressão](#) (direito que não se aplica, necessariamente, apenas a informações verdadeiras). A verificação de fatos não se aplica a opiniões, nem seu exercício vai contra o pluralismo na forma de diferentes narrativas que mobilizam e interpretam os fatos dentro de determinadas estruturas de entendimento. Entretanto, a verificação de argumentos mais complexos, como, por exemplo, o de que [máscaras faciais geralmente são uma boa proteção](#) entre os cidadãos, destacou a dificuldade dessa tarefa, pois alguns verificadores de fatos declararam que essa afirmação era, na maior parte, falsa. Ao mesmo tempo, [alguns cientistas](#) argumentaram que isso contradiz evidências advindas de Hong Kong, que instituiu o uso universal da máscara logo no início da pandemia. Também existe o receio de que o uso de máscaras possa criar um sentimento falso de segurança e reduzir outras medidas, como o distanciamento social. Outra dimensão da controvérsia é que tentativas de verificar as alegações sobre as máscaras faciais podem diminuir a confiança dos cidadãos em relação a fontes oficiais, e possivelmente estimular ataques racistas contra pessoas de visível ascendência asiática, que, geralmente, são associadas ao uso de máscaras faciais.

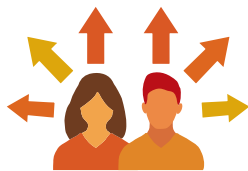
3.1.b. Respostas investigativas

As respostas investigativas vão além de perguntar se um conteúdo é (ao menos parcialmente) falso (verificação de fatos); se um veículo é confiável e imparcial (qualificação da credibilidade); e envolver-se no exercício posterior de desmistificação. Essas respostas se aprofundam no papel de campanhas de desinformação coordenadas, incluindo os atores que as criaram, o grau e a extensão da disseminação, o dinheiro envolvido e as comunidades afetadas.

Devido à sua natureza mais profunda e intensa em termos de recursos, e o prazo curto da pandemia, há menos respostas investigativas para a COVID-19 que já estejam publicadas, em comparação com os esforços mais diretos de verificação de fatos e fontes. No entanto, organizações especializadas em respostas investigativas estão começando a publicar

seus primeiros resultados de pesquisas. Essas organizações incluem, por exemplo, várias [ONGs](#), [meios de comunicação](#), [laboratórios de ideias](#) e [pesquisas conjuntas](#) entre acadêmicos e a mídia independente.

Os temas das pesquisas incluem campanhas de desinformação sobre a COVID-19 lançadas pela [mídia patrocinada pelo Estado, movimentos e redes extremistas, anti-imigrantistas e de extrema direita](#). Essas campanhas operam por meio de importantes empresas de comunicação social, inclusive Twitter (*posts* abertos e mensagens diretas), Facebook (incluindo perfis, grupos, páginas e Messenger), YouTube (vídeos e comentários), WhatsApp e Instagram (*posts* abertos e mensagens privadas), apesar dos esforços dessas empresas em combater a *desinfodemia*.



3.2 Respostas a respeito de produção e distribuição de desinformação sobre a COVID-19

Esta categoria de respostas está voltada ao uso de poder político para lidar com a desinformação sobre a COVID-19, com o objetivo de moldar o ecossistema mais amplo de informações e conteúdos. Os Estados, de maneira individual, têm sido atores importantes aqui. Suas respostas abrangem a introdução de sanções para determinados casos,

incentivos para outros e iniciativas proativas na forma de combate à desinformação. Esses esforços são voltados à produção e à distribuição da desinformação. Eles variam desde as intervenções que criminalizam a desinformação sobre a COVID-19, de um lado do espectro, ao aumento do fornecimento de informações sobre saúde pública, de outro; e, de maneira menos frequente, o apoio à mídia independente. As respostas mais restritivas têm implicações para a liberdade do jornalismo e da mídia em todo o mundo.

Enquanto o objetivo declarado desta categoria de respostas é reduzir as inverdades ao lidar com aqueles que as criam, alguns atores também contribuem com a *desinfodemia*, e outros estão usando a pandemia para justificar a repressão à legítima liberdade de expressão, que pode durar indefinidamente.

3.2.a. Respostas legislativas, pré-legislativas e políticas

Esta categoria abrange intervenções regulatórias e de aplicação da lei pelos Estados. Por exemplo, tem havido um elevado número de medidas para prevenir e punir atos de desinformação sobre a COVID-19, incluindo a criminalização de atos de produção ou compartilhamento de informações consideradas falsas, deturpadas e/ou que contradizem comunicados oficiais do governo sobre a COVID-19. Elas também incluem instruções para a retirada de conteúdos por parte das empresas de comunicação na internet. Outras respostas políticas incluem material de apoio para o jornalismo como baluarte contra a desinformação.

Entre as medidas tomadas estão decretos emergenciais, que dão a líderes políticos poderes com novo alcance, e a aplicação de atos emergenciais preexistentes a respeito da desinformação sobre a COVID-19 para permitir detenções, multas e prisão por delitos associados.

Em todo o mundo, os Estados têm aprovado leis ou regulamentos que permitem processar as pessoas que produzem ou circulam a desinformação, com penas de [prisão](#) de até cinco anos.

Essas medidas trazem consigo o risco de atingir também o [jornalismo legítimo](#). Em alguns países, produtores de jornalismo independente já foram presos, detidos ou deportados por força dessas leis, no contexto de resposta dos Estados ao que eles consideram ser informações falsas. Essas medidas também correm o risco de violar direitos à liberdade de expressão em um sentido mais amplo, devido aos desafios inerentes à introdução de medidas emergenciais para enfrentar urgentemente as

ameaças à saúde e à segurança públicas. No entanto, as regras e os padrões internacionais determinam que – mesmo em tempos de crise – seja imperativo respeitar os direitos humanos, como o direito ao acesso à informação, e que quaisquer limitações devem ser plenamente justificadas, assim como ser legais, necessárias e proporcionais ao seu propósito.

Outros tipos de resposta política têm incluído o apoio aos meios de comunicação. Alguns exemplos são:

- À luz do [impacto negativo da crise no setor de mídia](#), assim como do reconhecimento do respectivo valor social de se manter os meios de comunicação, vários países estão começando a tomar medidas. Por exemplo, o Canadá está [acelerando a redução fiscal](#) para meios de comunicação e investindo em propagandas para serem realizadas especificamente pela mídia. A Associação Mundial de Jornais (WAN-IFRA) tem identificado pacotes de ajuda estatal ou isenções fiscais que possam apoiar a mídia e empregadores de mídia na [Dinamarca, na Bélgica, na Hungria e na Itália](#).
- Há [uma demanda crescente](#) por esse tipo de resposta política, caracterizada pela insistência em se assegurar a transparência, a imparcialidade e a independência de quaisquer mecanismos de apoio. Também se recomenda o apoio ao [serviço público de comunicação](#).
- Há casos em que, com o apoio de [doadores estatais](#), muitas ONGs têm destinado recursos para jornalistas em risco e para a cobertura da COVID-19.
- Algumas grandes empresas de comunicação na internet estão contribuindo com [pequenas quantias de fundos](#) para o setor de mídia em alguns países para ajudar a cobrir a crise.



O maior erro que qualquer um de nós pode cometer nessas situações é informar incorretamente.”

- Barack Obama, ex-presidente dos EUA

A OMS está respondendo de forma ativa à desinformação sobre a COVID-19, publicando listas de desmistificações comprovadas.

3.2.b. Campanhas nacionais e internacionais de combate à desinformação

Este tipo de resposta se concentra no desenvolvimento de contranarrativas para contestar a desinformação sobre a COVID-19, e busca mobilizar as comunidades *online* para ajudar a disseminar informações oficiais de saúde pública, bem como desmistificar conteúdo considerado falso. Parcerias têm sido realizadas entre várias empresas e autoridades de comunicação na internet para garantir canais interativos para conteúdos oficiais. Nesta categoria, as medidas incluem campanhas e a criação de unidades especiais responsáveis por produzir conteúdo para contestar a desinformação. Alguns exemplos incluem:

- O secretário-geral da ONU lançou uma [Iniciativa de Comunicações da ONU](#) "para inundar a internet com fatos e ciência" e, ao mesmo tempo, combater a crescente chaga das informações equivocadas, que ele descreve como "um veneno que está colocando ainda mais vidas em risco". A ONU também [chamou equipes de criação](#) para produzir conteúdos que incluam a "caça aos mitos".
- A UNESCO tem produzido conteúdos em línguas locais sob a denominação de "[destruidor de desinformação](#)".
- O governo sul-africano decretou que todos os sites da internet que operam dentro do nome de domínio de alto nível *zaDNA* devem ter uma página inicial com um *link* visível para www.sacoronavirus.co.za (site nacional da COVID-19).
- A "célula de combate à desinformação" do governo do Reino Unido é composta por especialistas de toda a administração pública e do setor tecnológico. Ela inclui uma "[unidade de resposta rápida](#)", destinada a "deter a propagação de inverdades e boatos que podem custar vidas".
- O governo da Índia lançou um [WhatsApp chatbot](#), projetado para combater a desinformação relacionada à COVID-19.



3.3 Respostas à desinformação sobre a COVID-19 dentro da produção e da distribuição

Estas respostas são voltadas para ações dentro das principais instituições na esfera das comunicações – como as da mídia de notícias, redes sociais e serviço social de mensagens e busca. Longe de estarem imunes à desinformação, essas entidades estão todas suscetíveis a se tornar vetores de "infecção de desinformação". Reconhecendo isso, muitas delas estão produzindo respostas ligadas à curadoria (ou seja, edição e gestão) de conteúdos. Isso altera a presença e a proeminência dos diversos tipos de conteúdo e, em muitos casos, usa-se a tecnologia para dar suporte às políticas e às práticas. Às vezes, suas respostas são destinadas a reduzir incentivos econômicos para os atores que buscam lucrar com a desinformação sobre a COVID-19.

Implementação rígida de políticas das empresas de comunicação da internet e adoção de medidas emergenciais: várias empresas de internet (Facebook, Google, LinkedIn, Microsoft, Reddit e Twitter) tomaram a decisão de colaborar na realização de uma declaração comum do setor, em um esforço para combater conjuntamente as fraudes e a desinformação em seus sites.

3.3.a. Respostas curatoriais

Estas respostas à *desinfodemia* envolvem mudanças para impedir a difusão de desinformação sobre a COVID-19 por meio do serviço de empresas na internet, assim como indicar fontes oficiais de informações de saúde pública a usuários e públicos. Exemplos dessas medidas são:

- A ONG First Draft [compilou uma lista](#) de como as 11 maiores plataformas de internet estão respondendo ao que eles descrevem como “informações incorretas e desinformação” sobre a pandemia da COVID-19. Algumas das principais ações identificadas incluem o cancelamento do registro de óbvios provedores de desinformação, e a promoção de fontes confiáveis por meio de espaços de divulgação livres e gratuitos e outros mecanismos.
- O [WhatsApp continua a ter dificuldades](#) para monitorar ou moderar mensagens em sua plataforma criptografada, embora esteja investigando as possibilidades para que seus usuários acessem *links* para verificação de fatos.
- A CrowdTangle – uma empresa de análise social de propriedade do Facebook – abriu seu *dashboard* ao público sobre o tema da COVID-19. Isso se aplica aos conteúdos do Facebook e do Instagram e ajuda a pesquisar e denunciar a *desinfodemia*.

A curadoria de conteúdo por parte das empresas de comunicação na internet pode ser avaliada em termos das [recomendações da Relatoria Especial da ONU sobre Liberdade de Opinião e Expressão](#), que requer salvaguardas para evitar a eliminação do conteúdo legítimo em atos de “censura privada”.

As respostas curatoriais também são uma plataforma importante das organizações de notícias para combater a *desinfodemia*. Alguns exemplos incluem:

- [Boletins temáticos](#) que selecionam as melhores reportagens, pesquisas e desmistificações em períodos programados regulares.
- [Podcasts que desmentem mitos](#) por meio da curadoria de verificações de fatos, entrevistas, revisões de dados e informações confiáveis de saúde pública sobre a COVID-19.
- [Blogs ao vivo](#), [listas](#) e [bases de dados](#), atualizados regularmente, compostos por desinformação desmistificada em todo o mundo.
- Curadorias especializadas que centralizam recursos, diretrizes e relatórios explicativos sobre como fazer jornalismo com segurança, ética e eficiência durante a pandemia.

3.3.b. Respostas técnicas e algorítmicas

Estas respostas à desinformação usam a automação (por exemplo, *plug-ins* de navegadores, aplicativos para celulares) e/ou inteligência artificial (IA) para detectar e limitar a difusão da desinformação, ou para fornecer o contexto e informações adicionais sobre itens e postagens individuais.

Elas podem ser implementadas por *canais* das redes sociais, bem como na forma de motores de busca e provedores terceiros (por exemplo, *plug-ins* de navegadores, aplicativos para celulares).

Alguns meios de comunicação e organizações de verificação de fatos estão utilizando ferramentas automatizadas para acelerar a verificação de fatos e de conteúdos sobre a COVID-19.

- Uma ferramenta é o [plug-in do navegador](#) InVID/ WeVerify da Agence France Presse (AFP). Ele ajuda a desmascarar a desinformação sobre a COVID-19 em vários países (EUA, França, Índia, Portugal, Países Baixos, Colômbia, Equador, Ilhas Maurício), em várias línguas (por exemplo, inglês, francês, espanhol, holandês e português) e por muitos verificadores de fatos e organizações de notícias (por exemplo, AFP, France24, The Quint, Boom, India Today, L'Express, Canal 1, Volkskrant).

- Muitas outras ferramentas estão listadas na [Caixa de Ferramentas Básicas da First Draft](#), incluindo, entre outros, serviços para verificação de imagens e vídeos, identificação de geolocalizações, ferramentas de transparência nas propagandas e *dashboards* sobre a COVID-19.

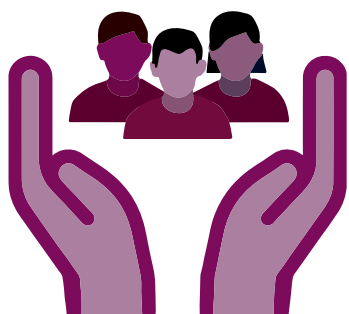
A crise da COVID-19, combinada com forças de [trabalho reduzidas](#), também tem sido um desafio para as empresas de internet que administram conteúdos. Consequentemente, elas têm recorrido cada vez mais à gestão automatizada de conteúdos de desinformação sobre a COVID-19, e o [Facebook alerta](#) que elas “cometerão mais erros” e que não podem mais garantir que os usuários que apelarem contra sua remoção automática do canal poderão recorrer ao processo de revisão humana. Anúncios semelhantes foram feitos pelo [Google](#), [Twitter](#) e [YouTube](#). Nos casos em que a automação errar (por exemplo, a remoção de um *post* de usuário que remeta a um *link* para notícias e *sites* legítimos sobre a COVID-19), a diluição do direito de apelação e a falta de um mecanismo de correção robusto pode prejudicar a liberdade de expressão dos usuários. Isso viola uma das [principais obrigações corporativas destacadas pelo relator especial da ONU](#) referente à Liberdade de Opinião e Expressão.

3.3.c. Respostas econômicas

Esta categoria de respostas se refere às medidas para impedir que pessoas ganhem dinheiro com a desinformação e, assim, remover incentivos para a criação de "iscas de *clicks*" (*clickbait*s), *sites* de notícias falsificados e outros tipos de desinformação com fins lucrativos ilícitos.

Há dois tipos principais de respostas econômicas até agora: proibições de propagandas e desmonetização de conteúdo sobre a COVID-19.

- Enquanto o Facebook não proíbe a desinformação em anúncios políticos, nesse caso ([assim como o Google](#)), a empresa tomou medidas proativas para limitar a desinformação sobre a COVID-19 nas propagandas do próprio Facebook e do Instagram, além de reduzir a [exploração econômica da pandemia](#). Isso é feito excluindo anúncios de kits de testes, antissépticos, máscaras e "remédios" a preços inflacionados, promovidos, com frequência, por meio de postagens de *clickbait*s de desinformação. Entretanto, devido ao método automatizado usado para a triagem de propagandas, os anunciantes desonestos têm encontrado formas de [burlar a proibição ao explorar a automação](#), com uso de sinônimos e apropriação indevida de contas de outros usuários.
- Os esforços de desmonetização do Google e do Bing também têm sido "burlados" e seus mecanismos de busca, às vezes, ainda mostram páginas que vendem [produtos duvidosos relacionados à COVID-19](#).
- O Google e o Twitter também instituíram uma proibição geral de todos os anúncios que mencionam o coronavírus e a COVID-19, exceto aqueles colocados por entidades governamentais ou outras fontes oficiais autorizadas. Isso levou ao efeito indesejado de impedir que outras entidades legítimas lançassem campanhas com informações úteis por meio de propagandas. Consequentemente, o [Google suspendeu a proibição](#) no início de abril. A posição do Twitter [permaneceu inalterada](#) até o momento da publicação deste resumo: "O Twitter proíbe todos os conteúdos promovidos que se refiram à COVID-19. As únicas exceções a essa proibição são Anúncios de Serviço Público (PSAs) aprovados por entidades governamentais e supranacionais, meios de comunicação que atualmente têm certificado de isenção de conteúdos políticos e algumas organizações que têm parceria vigente com a equipe de Políticas do Twitter".
- Para além dos anúncios publicitários, o [YouTube tomou medidas](#) para garantir a monetização ética de conteúdos que mencionem ou contenham "COVID-19", solicitando que todos os conteúdos sejam verificados por seus autores e que todas as suas diretrizes sejam seguidas. Quando são detectadas violações, a empresa remove o conteúdo ilegal relacionado à COVID-19, limita sua monetização ou desativa temporariamente a monetização do canal.



3.4 Respostas voltadas a apoiar os públicos-alvo das campanhas de desinformação sobre a COVID-19

Esta categoria de respostas à *desinfodemia* de COVID-19 inclui recomendações, resoluções, desenvolvimento da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e iniciativas de certificação de credibilidade de conteúdos. Todas essas respostas buscam atingir os alvos e os destinatários da desinformação, incluindo as comunidades *online*, as mídias de notícias e seus públicos.

3.4.a. Respostas éticas e normativas

Este grupo de respostas inclui o repúdio público a atos de desinformação, ou recomendações e resoluções destinadas a impedir tais atos. Essas respostas incluem declarações dos relatores especiais da ONU, oficiais da OMS e líderes políticos. Além disso, tem havido exemplos de apelos para [reforçar a conduta ética](#) dentro do jornalismo e para que empresas de comunicação na internet aumentem seus esforços.

Frequentemente, essas respostas assumem a forma de declarações, discursos ou artigos publicados destinados a conscientizar outras pessoas a parar de compartilhar a desinformação, reforçar normas de liberdade de expressão durante a crise e adaptar os padrões éticos para enfrentar novos desafios nas respostas à *desinfodemia*.



Subjacente aos meios de comunicação, um [apelo publicado para jornalistas da Índia](#) diz:

"Mais de 1 bilhão de pessoas esperam que estejamos presentes, observando, relatando, editando, registrando isto para a posterioridade, denunciando injustiças e descumprimentos do Estado".

Alguns exemplos incluem:

- Uma [declaração conjunta](#) de especialistas internacionais, incluindo David Kaye, relator especial da ONU sobre o direito à Liberdade de Opinião e Expressão; Harlem Désir, representante da OSCE sobre Liberdade da Mídia, e Edison Lanza, relator especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (IACHR) para a Liberdade de Expressão: "Os governos devem promover e proteger o acesso e o livre fluxo de informações durante a pandemia".
- Apelos vindo de editores-chefes de mídia, jornalistas e acadêmicos para impedir que políticos disseminem desinformação durante transmissões ao vivo em seus discursos e coletivas de imprensa, devido à dificuldade de verificar e desmistificar fatos em tempo real.
- Decisões sem precedentes das empresas de comunicação na internet sobre editar ou remover gravações de líderes políticos que disseminam desinformação sobre a COVID-19.



O Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ) lançou um [Fórum Mundial de Reportagens sobre Crises na Saúde](#), que inclui um centro interativo multilíngue para milhares de jornalistas em todo o mundo com o objetivo de: auxiliar em reportagens fundamentadas e éticas por meio do acesso direto a fontes confiáveis de especialidades científicas e médicas; e facilitar o compartilhamento de conhecimento e verificação/desmistificação de fatos colaborativos em referência à COVID-19.

3.4.b. Respostas educativas

Estas respostas pretendem promover a AMI, que inclui pensamento crítico e habilidades para verificação digital. Também são respostas voltadas para a educação e a formação jornalística, originadas do fato de jornalistas serem alvo, bem como porta-vozes de esforços de desinformação sobre a COVID-19. No contexto da *desinfodemia*, estão sendo oferecidas muitas medidas em formato digital, utilizando os mesmos ambientes *online* onde a desinformação prolifera (por exemplo, em redes sociais). Essas respostas estão sendo desenvolvidas sobretudo por projetos de serviço público e alfabetização informativa em todo o mundo, assim como pela mídia, por OSCs voltadas para jornalismo, por faculdades de jornalismo e por governos.

Os exemplos de projetos para a AMI incluem:

- O jornal "Dawn", do Paquistão, publicou um [breve guia do cidadão](#) para sobreviver na *desinfodemia* como um ato de alfabetização midiática digital.
- A London School of Economics (LSE) publicou um [guia para ajudar crianças a identificar na internet a desinformação sobre a COVID-19](#), voltado para famílias forçadas pela pandemia a ensinar seus filhos em casa.

As intervenções educativas são destinadas a fazer jornalistas enfocarem mais a verificação e a checagem de fatos e fontes, bem como as reportagens éticas sobre saúde. Alguns exemplos são:

- A UNESCO terceirizou a tradução de seu manual "Jornalismo, *fake news* e desinformação" para várias línguas em resposta à *desinfodemia*.
- A página [Coronavirus Information Resources](#) da First Draft inclui uma "base de dados de desmistificações", que consiste em uma lista de fontes selecionadas, webinários educativos com reportagens sobre a pandemia, ferramentas e guias para ajudar na verificação e na desmistificação sobre a COVID-19.
- O African Centre for Media Excellence (ACME) hospeda uma [lista seleta de recursos](#), ferramentas, dicas e fontes conectadas com reportagens sobre a COVID-19, inclusive uma compilação de verificações de fatos.
- A ONG NAI, do Afeganistão, produziu o documento "[Noções básicas do desempenho do jornalismo durante a COVID 19](#)".
- O grupo de pesquisa The Data and Society produziu uma página com [dez dicas para jornalistas](#) que cobrem a desinformação.

3.4.c. Esforços de empoderamento e credibilidade

As respostas de empoderamento e credibilidade são complementares às respostas educativas. Seu foco específico está nas ferramentas de verificação de conteúdo e nos indicadores de conteúdos de internet, para empoderar cidadãos e jornalistas para que não sejam vítimas da desinformação sobre a COVID-19. Essas respostas também estimulam boas práticas das empresas de mídia quando publicam informações. Uma resposta amplamente utilizada é a sinalização (*signposting*), que envolve o fornecimento de *links* para fontes de informação confiáveis. Por exemplo:

- A Escola Médica de Harvard, que [identifica sinais de fontes de informação confiáveis](#) e fornece informações sobre como encontrá-las.

Isso se complementa com os esforços em certificar a credibilidade de *sites*, com o objetivo de ajudar cidadãos a identificar rapidamente os *sites* não confiáveis. Por exemplo:

- A empresa NewsGuard estabeleceu um [Centro de Rastreamento de Informações Incorretas sobre o Coronavírus](#), que indica *sites* de "notícias" e "informações" dos EUA, do Reino Unido, da França, da Itália e da Alemanha que foram identificados pela empresa por terem publicado desinformação sobre a COVID-19. A empresa firmou parceria com a British Telecom e com o Departamento Britânico de Cultura, Mídia e Esportes para ajudar a popularizar esse esforço no Reino Unido.

4. Conclusão

Este resumo de políticas apresentou duas tipologias para se compreender a *desinfodemia*:

- Primeiramente, foram identificados **nove temas essenciais** e os **quatro principais tipos de formato** prevalentes na desinformação sobre a crise da COVID-19. Esses temas variam desde informações falsas sobre as origens do vírus, a incidência, os sintomas e os remédios para o tratamento, até ataques políticos contra jornalistas. Os formatos mais utilizados incluem: construções de narrativas e *memes* com alto teor emotivo; imagens e vídeos fabricados, alterados de forma fraudulenta ou descontextualizados; infiltrações e campanhas orquestradas de desinformação; e fontes, páginas de internet e bases de dados falsas.
- Em segundo lugar, para entender a variedade de respostas à *desinfodemia*, o resumo agrupou essas intervenções em **dez subcategorias**, que, por sua vez, agrupam-se em quatro categorias abrangentes:
 - » Respostas de monitoramento e verificação de fatos (que ajudam a identificar, desmistificar e denunciar a desinformação sobre a COVID-19)
 - » Respostas legislativas, pré-legislativas e políticas, e campanhas de combate à *desinfodemia* (que, juntas, representam a governança do ecossistema)
 - » Respostas curatoriais, técnicas e econômicas (que são relevantes às políticas e práticas de instituições que mediam conteúdos)
 - » Respostas éticas e normativas; educativas; de empoderamento e de credibilidade (destinadas especialmente aos públicos-alvo de agentes de desinformação).

O objetivo deste resumo é fornecer uma estrutura para a compreensão da *desinfodemia* da COVID-19 e as respostas a ela, destacando as práticas que estão ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao direito à saúde e ao direito à liberdade de expressão. O ODS 16, Meta 16.10, preconiza “o acesso público à informação e às liberdades fundamentais”.

Para uma maior análise e avaliação dos tipos de desinformação apresentados aqui, a UNESCO produziu um [resumo complementar de políticas](#).

Esse segundo resumo de políticas também sugere opções de medidas para Estados, meios de comunicação, sociedade civil e pesquisadores.

Juntos, os dois resumos destinam-se a ajudar as organizações intergovernamentais, os Estados, a sociedade civil, os meios de comunicação e outros atores a lutar contra a *desinfodemia* que está fomentando doença e confusão em todo o mundo.



O programa do mandato da UNESCO em Comunicação e Informação é cada vez mais relevante em relação à *desinfodemia*. Seu trabalho atual envolve:

- Liberdade de expressão e segurança de jornalistas – promoção do jornalismo livre, plural, independente, seguro e de qualidade, que é um antídoto contra a desinformação (e também para reações exageradas que possam restringir a expressão de forma injusta).
- Acesso à informação – promoção da transparência e da divulgação proativa por parte dos governos, que ajudam a produzir informações legítimas de origem oficial como uma alternativa aos boatos e às mentiras.
- Inovação digital e tecnologias – análise sobre como a tecnologia produz, prioriza, compartilha e avalia a informação (e a desinformação).
- Desenvolvimento da mídia e sociedade – promoção da resiliência por meio de AMI, promovendo a igualdade entre gêneros dentro e entre todas as mídias, e a mídia comunitária como fator essencial ao pluralismo.

O que a UNESCO está fazendo sobre a *desinfodemia*

Em resposta à crise, o Setor de Comunicação e Informação da UNESCO [tem reforçado seu trabalho](#) em relação às dimensões de "oferta", "demanda" e "transmissão" da *desinfodemia*.

No "lado da oferta", o Setor está trabalhando para mostrar que, para combater boatos, os governos devem valorizar a transparência e aumentar a divulgação proativa, bem como a disponibilização de dados abertos, de acordo com a lei e a política do direito à informação. Isso porque o acesso à informação de origem oficial é essencial para se ter credibilidade nas comunicações durante uma crise.

Ao mesmo tempo, essa área importante da ação no "lado da oferta" não substitui a informação que é produzida pelos meios de comunicação. Portanto, o Setor precisa persuadir as autoridades a considerar o jornalismo livre e profissional como um aliado na luta contra a desinformação. Especialmente porque os meios de comunicação trabalham abertamente no espaço público, enquanto muita desinformação ocorre "por baixo dos panos", em aplicativos sociais de mensagens, e não é fácil responsabilizar os envolvidos. A campanha pelo [Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio de 2020](#), reforçou o reconhecimento de que o jornalismo imparcial sem medo é especialmente vital durante a pandemia.

Como parte da campanha, a UNESCO – bem como outros atores da ONU – pede aos governos que não imponham restrições sobre a liberdade de expressão que possam prejudicar o papel essencial do jornalismo independente. Ao contrário, os Estados são estimulados a reconhecer o jornalismo como um poder contra a desinformação – mesmo quando ele produz informações comprovadas e opiniões fundamentadas que irritam algumas pessoas no poder. O Setor de Comunicação e Informação da Organização também tem compartilhado boas práticas, como o reconhecimento oficial das mídias como um serviço fundamental neste momento, e que – com ressalvas à independência e à transparência – merece o apoio governamental durante esses tempos tão turbulentos em termos econômicos.

A UNESCO também trabalha para fortalecer o profissionalismo do jornalismo na cobertura desta crise. Um apelo à cooperação com a Associação Internacional de Pesquisa em Mídias e Comunicações (IAMCR) publicou 20 traduções da publicação "Jornalismo, *fake news* e desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo". Um curso aberto *online* massivo e multilíngue está sendo desenvolvido com a Cátedra da UNESCO em Comunicação da Universidade de Austin, no Texas (EUA).

Com relação à "transmissão" da desinformação, a UNESCO está trabalhando para promover a universalidade da internet como uma forma de alinhar o desenvolvimento digital com o desenvolvimento sustentável. Isso envolve promover normas com base nos [princípios ROAM acordados por seus Estados-membros](#). A Organização também trabalha com empresas de internet, governos, sociedade civil e outros atores para assegurar que a internet respeite os direitos humanos de maneira aberta, acessível a todos e regulada por meio de processos com muitos *stakeholders*. A [série de publicações sobre liberdade na internet](#) da UNESCO fornece indicadores sobre como redes digitais podem respeitar a liberdade de expressão e a privacidade e, ao mesmo tempo, evitar discursos de ódio e radicalização do extremismo violento que vêm combinados com a desinformação.

Tratando do “lado da demanda”, a UNESCO está circulando mensagens importantes sobre saúde pública, em parceria com agências como a OMS, para fornecer fatos legítimos que podem contradizer inverdades com informações verdadeiras. Essa atividade está sendo implementada por meio de redes nas mídias, incluindo rádios comunitárias e emissoras públicas, e por meio dos próprios canais das redes sociais da UNESCO.

A UNESCO também está construindo resiliência no público, intensificando suas iniciativas *online* de AMI. Esses passos cultivam o pensamento crítico e a participação consciente nas comunicações. Por exemplo, por meio de vários parceiros, a Organização está intensificando sua promoção das hashtags [#PenseAntesDeCompartilhar](#), [#PenseAntesDeClicar](#), e [#CompartilheConhecimento](#).

Um *hackathon* global, CodeTheCurve, em parceria com a IBM e a SAP, recrutou jovens de todo o mundo para propor soluções tecnológicas para ajudar a combater a crise. Instituições do patrimônio documental estão sendo mobilizados para fornecer perspectivas sobre como pandemias anteriores foram tratadas e o que se aprendeu com elas. Quatro projetos especiais foram aprovados pelo Programa Internacional para o Desenvolvimento de Comunicações da UNESCO, para [apoiar respostas jornalísticas ao coronavírus](#) na África Oriental, Sul da África, na Índia e em todo o Caribe. Atividades para promover a ciência aberta e Recursos Educacionais Abertos (REA), assim como inovação em tecnologias digitais por meio de campanhas em torno de #DontGoViral e #ShareInformation, também fazem parte desse cenário.

O Setor também trabalha na Comissão de Banda Larga, que reconheceu a importância do acesso à informação na resposta à crise, e está supervisionando a pesquisa para o [Grupo de Trabalho sobre Liberdade de Expressão e Desinformação](#) da Comissão.

[De todas essas formas](#), a UNESCO promove a visão de que os direitos à liberdade de expressão e acesso à informação são soluções fortes para os perigos da desinformação.

São esses direitos que permitem que governos e o público tomem decisões com base em evidências sobre a política e a prática, e para implementar e monitorar respostas à pandemia que são fundamentadas tanto na ciência quanto nos valores dos direitos humanos. Com base nisso, o trabalho da UNESCO sobre informação e comunicações pode ajudar a humanidade a superar os desafios atuais da melhor forma possível.

Metodologia

Os dados e fatos apresentados aqui são o resultado de uma pesquisa documental realizada pelas autoras, com contribuições fornecidas pelos seguintes colaboradores deste estudo: Denis Teyssou (AFP), Clara Hanot (EU Disinfo Lab), Trisha Meyer (Vrije Universiteit Brussel), Sam Gregory (Witness) e Diana Maynard (University of Sheffield).

A conjunto de dados sobre o qual os resultados se baseiam consiste em uma amostra de [mais de 200 artigos](#), resumos de políticas e relatórios de pesquisa. Esse conjunto de dados foi identificado pelas pesquisadoras, que, sistematicamente, realizaram buscas em bases de dados públicas e selecionadas pela International Fact Checking Network (IFCN) do Poynter Institute, pelo Índice de Censura, pelo Instituto Internacional de Imprensa (IPI), e pela First Draft News, juntamente com os sites de meios de comunicações, governos nacionais, organizações intergovernamentais,

profissionais da saúde, ONGs, laboratório de ideias ou centros de estudos (*think tanks*), bem como em publicações acadêmicas. As palavras-chave usadas incluíram *desinformação*, *informação incorreta*, *COVID-19*, *coronavírus*, *epidemia* e *pandemia*.

A pesquisa buscou utilizar fontes relativas a países de todos os continentes, incluindo, sempre que possível (de acordo com as capacidades linguísticas das pesquisadoras), materiais em outras línguas que não a inglesa. Essas fontes coletadas foram agora agregadas a uma base de dados que será continuamente atualizada e com acesso público [disponível aqui](#). Enquanto a *desinfodemia* se move rapidamente e é vasta em escala, este resumo de políticas representa os resultados da pesquisa feita com base em um apanhado de materiais originais contidos nessa base de dados a partir de 10 de abril de 2020.

Sobre as autoras

Dra. Julie Posetti é a diretora-geral de pesquisa do Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ). Também é pesquisadora sênior afiliada ao Centro de Liberdade de Mídia (CFOM) da Universidade de Sheffield, e do Instituto Reuters para o Estudo de Jornalismo na Universidade de Oxford.

Profa. Kalina Bontcheva é professora de ciências da computação na Universidade de Sheffield e membro do Centro de Liberdade de Mídia (CFOM) da mesma universidade.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Programa de Múltiplos Doadores sobre a Liberdade de Expressão e a Segurança dos Jornalistas



Resumo de políticas 2

[DESINFODEMIA:](#)

[Dissecar as respostas à
desinformação sobre a COVID-19](#)



Este resumo de políticas recebeu o apoio do Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ), que está [ajudando jornalistas a trabalharem na linha de frente da desinfodemia em todo o mundo](#), a fim de garantir que informações precisas, confiáveis e comprováveis cheguem às comunidades em todos os lugares.

